

ATA N.º 06/2021. Ao décimo oitavo dia do mês de Junho de dois mil e vinte e um, às 13:30h, iniciou a reunião ordinária da Comissão Intergestores Regional (CIR) da Região de Saúde Sul Matogrossense, no auditório do Bloco D da Universidade Federal de Rondonópolis. Participaram da reunião, entre representações governamentais e não governamentais: Manoela Nunes de Souza (Suplente do Secretário Municipal de Saúde de Alto Araguaia); Renata Martins de O. do Carmo (Secretária Municipal de Saúde de Alto Garças); Lenio Vieira Borges (Suplente do Secretário Municipal de Saúde de Araguaína); Luís Artur Zimmermann (Secretário Municipal de Saúde de Campo Verde); Claudio Adriano do Amarante (Secretário Municipal de Saúde de Dom Aquino); Rosane Pereira de A. R. Nascimento (Secretária Municipal de Saúde de Guiratinga); Flávio Alexandre dos Santos (Secretário Municipal de Saúde de Itiquira); Laura dos Santos Barbosa (Suplente da Secretária de Saúde de Jaciara); Noely Alves da Silva Ferraz (Suplente da Secretária de Saúde de Paranatinga); Jadna Keila de Carvalho da Silva (Suplente da Secretária de Saúde de Pedra Preta); Pabulo Diego de Lara Ferreira (Secretário Municipal de Saúde de Poxoréu); Laura Kelly H. de Barros (Secretária Municipal de Saúde de Primavera do Leste); Maria Aparecida Pereira (Suplente do Secretário Municipal de Saúde de Rondonópolis); Sara Vieira Freire (Secretária Municipal de Saúde de São José do Povo); Wilson Virginio Lima (Secretário Municipal de Saúde de São Pedro da Cipa); Paula Miriam de Arruda (Secretária Municipal de Saúde de Tesouro); Odair Gonçalves de Matos (Representante do ERS/SES/MT); Valdimir Dewes (Representante do ERS/SES/MT); Maria Cristina Fagundes (Representante do ERS/SES/MT); Katlin Cristina de Oliveira Fernandes (apoiadora do COSEMS); e demais técnicos e funcionários da Secretaria Estadual de Saúde, suplentes da SMS e convidados afins, conforme lista de presença. **Informe da Direção:** A srª Marilza, diretora do Escritório Regional de Saúde de Rondonópolis, iniciou a reunião agradecendo a Deus pela oportunidade de estar presente, junto a todos novamente, agradeceu também aos técnicos do ERS, desejou boas-vindas ao novo gestor do município de Poxoréu, srº Pabulo Diego, aos demais gestores municipais presentes, à Superintendente de Gestão regional srª Josied, aos representantes do Cosems, sr.ª Laura e srº Flávio, à apoiadora do Cosems, srª Katlin, e considerou aberta a 6ª reunião de CIR Sul Matogrossense. A srª Marilza falou sobre a Prestação de contas do recurso financeiro para realização de ações de combate ao aedes aegypti. Explicou que é um recurso que foi disponibilizado no ano de 2015, pelo Estado, e que foi enviado um documento a todos os gestores, alertando os municípios que estavam com pendência. Informou que o município de Jaciara respondeu à solicitação e prestou conta e está tudo certo. No entanto, os municípios de Alto Garças, Itiquira, Juscimeira, Poxoréu, Rondonópolis e Santo Antônio do Leste, ainda apresentam pendências, de prestação de contas desse recurso. **Informes do Cosems:** A srª Laura Kelly, vice regional do Cosems, desejou as boas-vindas a todos, e passou a fala ao srº Flávio, vice presidente do Cosems do Estado de MT, que ressaltou a importância e compromisso de os secretários de saúde permanecerem na reunião de CIR até o final, a fim de haver quórum suficiente para discutir os assuntos elencados na pauta e aprovar as pactuações. **Informes do Consórcio:** A srª Eulice, falou que é preciso definir a situação do Vigiaqua, disse que enviou o Termo de Convênio para o município de Rondonópolis assinar, mas, até o momento, não foi devolvido. Pontuou que, precisa definir se os municípios irão continuar pagando, ou se é para devolver o recurso do pagamento do Vigiaqua recebido pelo Consórcio. A srª Cybelle, técnica do setor de vigilância ambiental, disse que a última agenda foi mês passado, e que o município de Rondonópolis suspendeu o cronograma, mas, que segundo o coordenador da Vigilância do município, estaria

regularizando e fazendo a compra dos kits, junto ao Sanear. Afirmou, ainda, que foram enviados dois documentos ao secretário de saúde e ao prefeito de Rondonópolis, solicitando informações, por escrito, do cronograma e de como vai reestabelecer o serviço, porém, a gestão do município de Rondonópolis, ainda não respondeu. Disse, ainda, que este serviço só pode ser realizado por laboratórios credenciados no Ministério da Saúde, não tem a opção de comprar o serviço particular, de terceiros. Cybelle disse que, se houver regularização, ainda conseguiria fazer as amostras de todos os municípios e cumprir a tabela. O srº Flávio pontuou que, poderia ficar decidido que irão esperar até o fim do mês de junho, com o dinheiro em conta, e se não houver acordo com a gestão de Rondonópolis, devolveria o recurso aos municípios que já realizaram o pagamento do mês corrente. A srª Laura Kelly sugeriu aguardar o posicionamento do gestor do município de Rondonópolis para decidirem, em consenso, qual decisão tomar. A srª Maria Aparecida, suplente do secretário de saúde de Rondonópolis, disse que o prefeito srº José Carlos do Pátio, questionou sobre os valores da matéria prima utilizada para fazer a análise da água, e que foi explicado ao mesmo, que o material é importado e houve um aumento. A srª Aparecida disse que irá acompanhar e procurar saber sobre o que foi decidido, para poder repassar um posicionamento. A srª Eulice retomou a fala e disse que, todo e qualquer pedido de licitação de serviços, precisa enviar um ofício com a solicitação, no caso de consultas, já com uma prévia sobre o valor e a quantidade de consultas estimadas por mês. Disse que, muitos pedem para fazer compra administrativa, é preciso saber da quantidade de consultas e /ou exames para licitar a prestação de serviço. Na sequência, Eulice mencionou que há municípios não repassaram o PAICI 2018, disse que é preciso acertar esse repasse financeiro, para evitar problemas com o Tribunal de Contas. Informou que irá publicar uma nova licitação de serviços de exames de Cintilografia, com a quantidade estimada, para tentar atender a demanda e informou que o Consórcio conseguiu mais um profissional mastologista, e que irá licitar para conseguir consultas suficientes à todos. **Informes do ERS: Atenção à Saúde:** A srª Miriam comunicou que nos dias 29 e 30 de Junho, períodos vespertinos, irá acontecer o Seminário Programa Saúde na Escola- PSE, na retomada gradativa e segura das atividades escolares. Falou da importância da participação dos representantes e referências da saúde e também do setor da educação. A srª Maria Célia falou sobre o encontro de Aleitamento Materno que irá acontecer no dia 26 de agosto, disse que está contatando todos para identificar os que tem experiências exitosas em Aleitamento para socializar e assim, fortalecer as trocas de experiências. Na sequência, disse que disponibilizou uma cópia, para cada gestor, da portaria nº 894, que trata dos incentivos federais, de custeio, no âmbito da Atenção Primária, e destacou, dentre outros benefícios, os referentes a nutrição, que envolvem os beneficiários do bolsa família, gestantes e crianças até 7 anos de idade. Colocou-se à disposição para sanar quaisquer dúvidas. **Educação Permanente:** A srª Maria Cristina comunicou que está disponível para regional de Rondonópolis, o Curso Técnico de Enfermagem e será ministrado pela Escola de Saúde Pública. Três municípios, desta regional, fizeram a adesão ao termo de cooperação, explicou que haverá duas turmas no município de Primavera do Leste, uma turma em Rondonópolis e duas turmas em Campo Verde. Pontuou que houve uma reunião, on-line, com os pontos focais, definindo as providências e documentações. Lembrou que, a documentação de todos os Cursos, devem passar pela CIES regional, que realiza os encaminhamentos para a escola de saúde e os referidos cursos. Enfatizou que há cursos em andamento, como o da Atenção Primária a Saúde, o Qualidimensionamento, com previsão de realização presencial, para o mês de agosto, caso haja uma diminuição dos casos de Covid. Reforçou que as técnicas da educação permanente, a srª Mara e srª

87 Maria Cristina estão à disposição para apoiar e assessorar, no que for possível. **Vigilância**
88 **Epidemiológica:** A sr^a Cibelly, disse que foram incluídas na vacinação contra Covid, as lactantes e
89 assistentes sociais. Mencionou a Resolução de CIB nº 61 que orienta o recebimento da vacina
90 Jansen, porém, a capacitação que recebeu, foi toda em inglês, disse que está traduzindo o material
91 para poder repassar as informações. Disse, ainda, que houve alteração na conservação da vacina
92 Pfizer, a novidade é que, depois de descongelada, pode ser utilizada por 31 dias. A sr^a Laura
93 questionou se está garantida a segunda dose da vacina contra a Covid, Cibelly respondeu que sim,
94 está guardada no escritório regional de saúde. Laura solicitou um prazo maior para realizar a
95 vacinação contra Influenza, de noventa dias, a fim de conseguir administrar as duas vacinas, contra
96 Influenza e contra o Covid, de maneira menos tumultuada. Cybelle disse que sabe da dificuldade da
97 grande procura se concentrar somente na vacina do Covid, mas não se pode negligenciar o vírus da
98 Influenza, porque ele também causa síndrome gripal, internações em UTI, óbito, enfim. Pontuou
99 que, a Campanha termina no mês de agosto, e acredita que o Ministério da Saúde irá prorrogar por
100 mais trinta dias, e o sistema de informação ainda vai ficar aberto mais uns quinze ou trinta dias,
101 ainda terão esse tempo para realizar as buscas ativa e tentar vacinar o maior número de pessoas
102 possível. **Vigilância Sanitária:** O sr^o Valdimir falou sobre as atividades descentralizadas dos
103 serviços da VISA e afirmou que há recursos para utilizar na estruturação, porém, muitos municípios
104 estão com a parte de estruturação, legal, toda sem fazer. A resolução CIB nº 046/2018 cita que,
105 dentro da estruturação legal precisa que o profissional e a equipe da VISA esteja desligado para
106 função, por ato legal, muitos ainda não tem. Outro item que tem ser visto, instrumento legal de
107 criação da VISA, com definição de atribuições e competências, regimento da vigilância em cada
108 município e muitos não tem essa organização ainda. A Vigilância precisa constar no organograma
109 da organização do município, e é preciso que se faça a atualização do código sanitário. Lembrou que
110 é preciso retomar e considerar essas questões citadas, e que a Resolução CIB foi pactuada, por
111 consenso, e depois houve um termo de adesão, formal, assinado por todos os gestores municipais.
112 Valdimir disse que irá entrar em contato, individualmente, para articular junto aos gestores, agendar
113 para vir até o escritório, se necessário, pois cada município tem uma realidade particular. Afirmou
114 que o nível central da SES já passou um cronograma de atividades, e foi feita a verificação de como
115 está sistema de vigilância sanitária SVS, tem municípios que ainda não utiliza. Finalizou dizendo
116 que sem a programação, estruturação e organização, por parte dos municípios, o Estado não
117 consegue organizar ações que vão ser complementares à dos municípios. **Informe do Controle e**
118 **Avaliação:** O sr^o Gilberto disse que na reunião do mês de abril foram aprovados os indicadores
119 interfederativos do ano 2021, e ficou acordado que alguns municípios, com pendências, iriam
120 encaminhar a Resolução do Conselho Municipal de Saúde. Citou os nomes dos municípios de
121 Araguaína, que falta lançar no Digisus, município de São Jose do Povo, falta lançar no Digisus e
122 corrigir um indicador, município de Itiquira, Paranatinga e Santo Antônio do Leste falta Resolução
123 do Conselho e lançar no Digisus, o município de Jaciara falta entrar no sistema Digisus e corrigir
124 três indicadores, município de Pedra Preta precisa lançar no Digisus e corrigir o indicador nº 12 e o
125 município de Tesouro falta a Resolução do Conselho Municipal de Saúde. Ressaltou que é preciso a
126 SES homologar esses indicadores lançados no Digisus e gostaria de fazer todos juntos. Gilberto
127 falou, também, que disponibilizou a situação do relatório de gestão sobre a situação de cada
128 município, disse que há pendências de 2020 que precisam ser regularizadas o mais rápido possível.
129 Colocou-se à disposição para sanar quaisquer dúvidas. O sr^o Odair apresentou o resumo de como

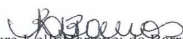
ficaram os projetos de cirurgias eletivas da regional. Citou a programação, com as referências, pontos de corte, valores, faturamento e datas acordadas. A sr^a Marcia, representante da central de regulação, disse que apresentou o projeto, do Ministério da Saúde com os valores de tabela SUS à sr^a Bianca, da Santa Casa e para gestão municipal que aceitaram a proposta. Cogitou-se a possibilidade de alterar a referência para o hospital de Poxoréu, caso não haja um consenso e compromisso entre as partes, referente ao contrato. A sr^a Marilza disse que qualquer decisão de mudança referente ao que já foi acordado com a Santa Casa precisaria da presença da sr^a Bianca. A sr^a Maria Aparecida disse que conversará com o gestor do município de Rondonópolis a respeito. A sr^a Josied disse que os incentivos financeiros repassados pelo Estado à Santa Casa são para que ela atenda a região. Lembrou que foi pedido aos municípios que fizessem a dupla gestão, o Estado tem interesse em contratualizar novos serviços. Afirmou que a Santa Casa tem um contrato com o município, se não cumpre a meta, tem perdas que são descontadas do recurso que vem do Estado. Enfatizou que, esse recurso tem que ser convertido em procedimentos para região, para os dezenove municípios, o município de Rondonópolis não pode reter o recurso que é repassado para atender, de acordo com a portaria, de forma regional. Informou que há um recurso no valor de R\$ 424.000,00 que foi disponibilizado para o hospital Antônio dos Santos Muniz, que também deveria ser para atendimento regional. Esse recurso tem que ser convertido em procedimentos, seja cirúrgico, seja exames, mas, tem que abranger os dezenove municípios. O dinheiro vem para atender regionalmente. Se não atender, regionalmente, há um descumprimento da portaria e o município de Rondonópolis pode ser notificado e perder o recurso. Não é intenção do Estado tirar recurso, o objetivo é garantir o atendimento, de forma regional. Sugeriu que os gestores municipais conversem com a gestão do município de Rondonópolis, para, juntamente com o escritório regional, tentar resolver, ajustar as arestas. Quanto às cirurgias eletivas, disse que não vê nenhum problema de a Santa Casa realizar alguns procedimentos, por duas tabelas SUS, afirmou que os médicos e o hospital vão ganhar menos, mas, é uma contrapartida, até porque a Santa Casa tem isenção de todos os impostos pela filantropia que tem, e essa filantropia é garantida, exatamente, por ser atendimento SUS, ela vai continuar ganhando com os outros procedimentos, considerando o todo. Josied questionou, ainda, sobre o alto valor cobrado pelas consultas, o que dificulta todo o processo e organização do atendimento. A sr^a Manuela, suplente do secretário de saúde de Alto Araguaia, questionou o motivo de os município estarem sendo “empurrados” para o Consórcio, ou paga o serviço, pelo Consórcio, ou enfrenta uma judicialização pelo município. Josied disse que, se o município e o Estado cumprissem suas obrigações não teria judicialização. O sr^o Luís, secretário municipal de saúde de Campo Verde, disse que o município de Rondonópolis é o gestor e recebe toda a pactuação, questionou quem fiscaliza se o que foi acordado está acontecendo ou não, afirmou que está sendo descontado, do município, os serviços ambulatorial, hospitalar, e qual providência tomar. Disse, ainda que, um segundo gestor é o Estado através do hospital regional, e que é preciso estar bem claro quais serviços, que pactuação é essa, analisar a PPI vigente. Sugeriu uma discussão com os demais gestores para rever toda essa questão, de interesse regional. O sr^o Odair disse que, o responsável por fiscalizar todo o processo de pactuação, somos todos nós, é tripartite. Três vezes ao ano, tem-se a oportunidade de realizar o remanejamento da PPI, e a avaliação é permanente, constantemente, é preciso questionar para onde estou encaminhando, com o que estou pactuando, se está atendendo ou não e o porquê. Disse que há instrumentos para fazer esse acompanhamento, por exemplo, o que é hospitalar, acesso pelo Datasus e ambulatorial pela central de regulação. Lembrou

que, na pactuação, que será aprovada, no dia de hoje, apenas um município fez alteração na PPI, sempre é divulgado e quem manifesta interesse, o setor de controle e avaliação do escritório regional, juntamente com o gestor, analisa os dados da PPI hospitalar, o que tem pactuado, considera o último ano de informação do Datasus e compara com o que houve de internação. Esse trabalho é realizado, com frequência. Concluiu dizendo que, como Estado é papel do escritório fazer essa intermediação. Colocou-se à disposição para discutir sobre a PPI, sempre que preciso, se preferirem, individualmente. Lembrou que a programação da PPI é baseada em dados do ano de 2008, e concorda que é preciso rever sim e tentar resolver. O srº Flávio disse que, não tem como justificar não realizar a pactuação das cirurgias eletivas, afirmou que esse recurso é garantido para regional e não pode perder essa oportunidade, pontuou a importância da participação de todos. Marilza reforçou que se trata de um recurso federal, e mesmo não conseguindo fazer o procedimento, com duas tabelas, como foi acordado nos procedimentos, e uma tabela na oftalmologia, o que for pactuado com esse recurso, ainda é vantajoso participar do processo. Odair lembrou que enviou, a todos, o anexo da Resolução CIB nº 22 de 12 de março de 2021, que trata do recebimento do incentivo e prestação de contas, referente a cirurgias eletivas. Josied sugeriu que quando for acontecer a próxima repactuação da PPI, marcar um momento para vir a equipe do nível central da SES, responsável pela PPI, juntamente com o Odair e Gilberto, técnicos do escritório regional, juntamente com os gestores municipais para entrarem num acordo e pactuar os serviços. O srº Odair disse que todo o processo de repactuação da PPI é dessa forma que acontece, é agendado com as partes interessadas, com o município, sede, Rondonópolis, Hospital, faz o levantamento e quando se reúnem, é acordado as garantias de serviços e questionado quando não se cumpre. Disse que a PPI é responsabilidade da gestão, os gestores municipais não são obrigados a pactuar, o papel do escritório é ser intermediário, fazer essa convocação e se colocar à disposição. Finalizou, dizendo que a PPI não tem muito espaço para articular, é preciso mudar esse modelo de PPI vigente. Josied disse que uma maneira de entender e resolver, se pactua ou não, é reunir e discutir. A srª Katlin disse que tem-se almejado uma Oficina, com as centrais de regulação, considerando que há alguns recursos que precisam ser revistos, é nesse sentido, considerando, também, as equipes novas que entraram, recentemente, que precisam desse aprendizado. O srº Luís disse que, seria importante essa capacitação para conhecer o que compõe essa PPI, seria esse entendimento. A srª Paula disse que foi produtiva a reunião sobre a PPI, com os técnicos do escritório, que apresentaram a planilha com todos os gastos do seu município, e que esclareceu muita coisa. Questionou o que precisaria, no geral, para melhorar a questão da PPI. O Srº Claudio, secretário municipal de saúde de Dom Aquino, disse que o Odair é muito exigente com a questão da PPI, liga, cobra, apresenta as planilhas, indica, mas a última palavra é do gestor. Propôs que pudesse utilizar o recurso da Educação Permanente, que está em Primavera do Leste, para fazer uma Oficina sobre a PPI, considerando a importância de expandir o conhecimento e dialogar. Laura disse que acata a sugestão e se prontifica para colaborar com a realização da Oficina. Manuela disse que, esteve no escritório regional recentemente para obter informações e foi muito bem recebida. Sugeriu aos novos gestores que tenham dúvidas sobre pactuação ou de qualquer outro tema relacionado ao seu trabalho procurar os servidores do escritório regional que as portas estão abertas. Seguindo a pauta, foram apreciadas, aprovadas e/ou proposto aprovação das seguintes propostas de pactuação: **PROPOSIÇÃO CIR/MT, de nº06/2021** – Aprovação da Proposta de remanejamento e repactuação da PPI, de Média Complexidade, por referência, do município de Araguaína; **PROPOSIÇÃO CIR/MT, de nº07/2021** – Aprovação da

habilitação junto ao Ministério da Saúde da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental a ser implantado junto ao Núcleo de Saúde Mental de Primavera do Leste. **RESOLUÇÃO/CIR/MT, de nº 16/2021** – Dispõe sobre aprovação de Emenda Parlamentar Estadual no valor de R\$ 300.000,00 para reforma do Centro de Saúde do município de São José do Povo; **RESOLUÇÃO/CIR/MT, de nº 17/2021** – Dispõe sobre aprovação de mudança de objeto referente a Emenda Parlamentar Estadual no valor de R\$ 300.000,00 para aquisição de uma Unidade Móvel Odontológica, alterado para aquisição de um Micro ônibus, município de Poxoréu; **RESOLUÇÃO/CIR/MT, de nº 18/2021** – Dispõe sobre aprovação de Emenda Parlamentar Estadual no valor de R\$ 100.000,00 para manutenção de serviços de transportes, custeio com serviços hospitalar e serviços de diagnósticos de imagens do município de Paranatinga; **RESOLUÇÃO/CIR/MT, de nº 19/2021** – Dispõe sobre aprovação de Emenda Parlamentar Estadual no valor de R\$ 82.000,00 para aquisição de um equipamento Ventilador Mecânico Pulmonar de Alto Fluxo para o município de Paranatinga; **RESOLUÇÃO/CIR/MT, de nº 20/2021** – Dispõe sobre aprovação de Emenda Parlamentar Estadual, no valor de R\$ 46.381,00, destinado ao custeio dos serviços de Atenção Especializada do município de Alto Garças. As Resoluções e Proposições Operacional acima foram pactuadas por consenso. **Aprovação de Ata:** Na sequência, houve aprovação da Ata referente ao mês de Maio/2021, previamente encaminhada para conhecimento e apreciação dos gestores. O srº Flávio fez uma ressalva que, referente a sugestão de pactuação da Casa de Apoio, apresentada pela Santa Casa, os gestores, em reunião de CGM, não concordam com o modelo de custeio proposto, na reunião de CIR anterior, precisam rediscutir o assunto. A srª Miriam, enquanto secretária executiva da CIR, reforçou a questão da importância de os gestores se atentarem ao prazo estipulado para o envio das documentações, no caso das pactuações das Emendas Parlamentares Estaduais, é preciso que encaminhem o Plano de Aplicação, com no mínimo, cinco dias de antecedência, para que o setor responsável, possa redigir o Parecer do Escritório Regional de Saúde, além da necessidade de encaminhar a Resolução do Conselho municipal, com data anterior à reunião de CIR. A inclusão de pauta da aprovação da proposta de Emenda Parlamentar do município de Alto Garças, sem o envio prévio da documentação, foi uma excepcionalidade, visto que há regras a serem consideradas, para manter a organização, a fidedignidade das documentações necessárias e a validação das pactuações. A srª Juliane pontuou a importância de seguir o fluxo e encaminhar as documentações com cópia, para o e-mail do escritório regional e que os técnicos do ERS estão à disposição para auxiliar no que for preciso. **Temas para Publicização:** Informe aos municípios que utilizam vagas em hospitais do Estado para que observem a não disponibilização dos números de Autorização de Internação Hospitalar AIH em duas Unidades, simultaneamente, para que não haja rejeição dos arquivos no Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado – SIHD/DATASUS. Na sequência, informe sobre remanejamento do valor referente ao custeio das despesas com diária decorrentes da vice regionalidade do COSEMS/MT; Repasse de Emenda Parlamentar Federal no valor de R\$ 300.000,00 para custeio dos serviços da Atenção Básica em Saúde para cumprimento de metas, município Primavera do Leste; - Repasse do valor R\$ 2.500.000,00 oriundo de Emenda Parlamentar Federal para incremento ao Custeio dos serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para cumprimento de metas, município Primavera do Leste; - Repasse no valor de R\$ 500.000,00 para custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para cumprimento de metas, município Primavera do Leste; Abertura de Credenciamento para contratação de Pessoa Jurídica Especializada de serviços de

259 Médicos e fisioterapeutas para complementar os serviços já oferecidos no município de Primavera
260 do Leste. Nada mais havendo a tratar, a coordenadora encerrou a reunião às 17:00 h, agradecendo a
261 presença de todos. A ata redigida por mim, Miriam Natalie G. de Matos, foi lavrada em sete páginas
262 e 266 linhas, será lida, conferida e rubricada por mim, pelo coordenador da CIR e o vice regional do
263 COSEMS. Coordenadora da CIR: Marilza Vieira do Nascimento; Representante do Vice Regional
264 COSEMS: Laura Kelly Hortenci de Barros; Secretária Executiva da CIR: Miriam Natalie G. de
265 Matos.


Marilza Vieira do Nascimento
Coordenadora da CIR
Marilza Vieira do Nascimento
RG. 0966169-7
Diretora - ERS / Rondonópolis


Laura Kelly Hortenci de Barros
Vice Regional do Cosems

Laura Kelly Hortenci de Barros
Secretária de Saúde
Port. nº 011/2021



266